

ASSÉDIO SEXUAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: REFLEXÕES HISTÓRICAS E FEMINISTAS

SIMONE ALVES SANTOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ (SP)

RESUMO

Este artigo trata do assédio sexual dos homens às mulheres em espaços públicos. A partir de uma perspectiva histórica e feminista busca revelar e analisar algumas mudanças, permanências e desafios que envolvem essa questão. Tal estudo se justifica não apenas pela necessidade de se reconhecer os mecanismos reprodutores de desigualdades de gênero nos espaços públicos, mas também pela necessidade de se pensar historicamente a legitimação social da violência dos homens contra as mulheres, as relações de poder imbricadas nas relações de gênero e nos seus entrelaçamentos com as diferenças de classe, etnia e orientação sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Gênero; Mulheres; Assédio Sexual; Feminismo.

ABSTRACT

This article is about the sexual harassment of men to women in public spaces. From a historical and feminist perspective seeks to reveal and analyze some changes, continuity and challenges surrounding this issue. This study is justified not only by the need to recognize the reproductive mechanisms of gender inequalities in public areas, but also by the need to think historically the social legitimization of violence by men against women, power relations that govern relations gender and their entanglements with differences of class, ethnicity and sexual orientation.

KEYWORDS: Violence; Gender; Sexual Harassment; Women; Feminism.

Um ícone do fotojornalismo e da paz mundial ou uma forma de assédio sexual velada?



EISENSTAEDT, Alfred. *V-J Day in Times Square*. Times Square, Nova York, 14 de agosto de 1945¹.

No dia 14 de agosto de 1945, quando o Japão anunciou sua rendição, dando fim à Segunda Guerra Mundial, as pessoas saíram à *Times Square* para comemorar, e o fotógrafo polonês Alfred Eisenstaedt tirou a foto que ficaria

¹ IMAGEFRIEND. *The kiss photo by Alfred Eisenstaedt*. Disponível em: <<http://toomanykisses.com/wp-content/uploads/2011/12/kiss-soldier-nurse-time-square.jpg>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

marcada como símbolo do término da guerra: um beijo romântico entre um marinheiro e uma enfermeira. Sessenta e sete anos depois, a verdadeira história foi revelada. Na verdade, o marinheiro George Mendonsa, com a notícia do fim da guerra, exagerou na bebida e roubou um beijo à força da enfermeira Greta Zimmer Friedman².

A partir do ocorrido, considera-se que há um assédio sexual velado na imagem imortalizada de uma mulher tomada nos braços de um homem que a beija sem seu consentimento? Como afirma a própria Friedman em 2005 em uma entrevista para a jornalista Patricia T. Redmond, do *Veterans History Project*³: "Eu senti que ele era muito forte. Ele estava me segurando com força"⁴. Podemos perceber a natureza controladora da socialização masculina e a desvalorização da mulher? O fato de George ter admitido, no livro *The kissing sailor*⁵, que bebeu tanto que nem se lembrava de ter agarrado Greta faz dele um homem condenável?

Beijos roubados, assobios, olhares e comentários são comportamentos que, mesmo sem denotar ato sexual, configuram uma forma de exercer o poder e a virilidade moral dos homens sobre os corpos femininos. E, ao silêncio da mulher, a manutenção do *status quo* é perpetuada. Porém, culturalmente, estabeleceu-se que certos assuntos da vida cotidiana devem ser mantidos em silêncio ou, como sugere a historiadora Mary Del Priore, devem ser tratados em "voz baixa", devem ser "sussurrados"⁶, e os exemplos podem ser encontrados em diversos temas referentes ao sexo e à sexualidade. A questão do assédio sexual, desse modo, não é diferente, mas ela cerceia, julga e restringe a sexualidade feminina e sua expressão.

Na concepção moderna, a discussão sobre o assédio sexual aparece na segunda metade da década de 1970 com a professora de direito Catharine MacKinnon⁷, que propôs pela primeira vez, em 1979, a criminalização do assédio sexual dentro de uma perspectiva jurídica. A ideia era punir pessoas que usassem a posição superior na hierarquia de uma empresa para conseguir favores sexuais. Ao estabelecer uma teoria que relacionava comportamentos sexuais e discriminação sexual, ou de gênero, MacKinnon enfatizava que o assédio sexual ocorria como expressão do *status* desigual de homens e mulheres.

² GALDORISI, George; HARTMAN, David; VERRIA, Lawrence. *The kissing sailor: the mystery behind the photo that ended World War II*. Annapolis: Naval Institute Press, 2012.

³ REDMOND, Patricia. *Interview with Greta Friedman 08/23/2005*. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/diglib/vhp/story/loc.natlib.afc2001001.42863/transcript?ID=sr0001>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

⁴ "I felt that he was very Strong. He was just holding me tight".

⁵ GALDORISI; HARTMAN; VERRIA, op. cit., 2012.

⁶ DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo imaginário do interior feminino. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, Setembro de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100009&script=sci_arttext>. Acesso em 19 abr. 2014.

⁷ MACKINNON, Catharine. *Sexual Harassment of working women: a case of sex discrimination*. New Haven: Yale University Press, 1979.

No Brasil, em 15 de maio de 2001, a Lei nº 10.224⁸ passou a estipular o assédio sexual no ambiente de trabalho como crime, abrangendo tanto homens quanto mulheres, ou seja, repele o assédio também quando a vítima é o homem, mas esse fato não se verifica nas mesmas proporções em relação às mulheres. Além disso, a lei parece se referir aos crimes cometidos em ambientes de trabalho, e não em casa ou na rua onde se ouvem as típicas "cantadas".

Fora do âmbito da violência doméstica, a mulher está sujeita à outra forma de controle e monitoração: a violação por estranhos – sem visibilidade, nem legislação adequada e, conseqüentemente, sem respostas sociais necessárias às vítimas. É uma violência apoiada na naturalização e construção histórica das desigualdades sociais entre homens e mulheres que, diariamente, tenta se apropriar de seu corpo e subtrair sua autonomia, limitando o direito das mulheres ao espaço público. Essa interdição reflete uma dicotomia entre pessoal e político. Homens e mulheres têm vidas urbanas diferentes; mesmo que a falta de segurança seja um problema para todos, para as mulheres o medo é ainda maior, demonstrando que nas cidades a presença das mulheres nos espaços públicos ainda é conflituosa.

Embora as definições jurídicas de assédio sexual não estabeleçam distinções no tratamento entre os sexos, o presente artigo trata do assédio sexual dos homens às mulheres em espaços públicos, a partir de uma perspectiva histórica e feminista que procura mostrar algumas mudanças, permanências e desafios que envolvem essa questão. Este estudo se justifica não apenas pela necessidade de se reconhecer os mecanismos reprodutores de desigualdades de gênero nos espaços públicos, mas também pela necessidade de se pensar historicamente a legitimação social da violência dos homens contra as mulheres, as relações de poder imbricadas nas relações de gênero e seus entrelaçamentos com as diferenças de classe, etnia e orientação sexual.

30

Mapa da violência contra a mulher

As estatísticas atestam que no Brasil lidamos com uma falta de compreensão sobre os conceitos que tangenciam a violência contra mulheres que, por conseguinte, inviabiliza conhecer os componentes desses conceitos. O Relatório de 2009, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial⁹, mostra que o Brasil piorou sua posição entre as 134 maiores economias mundiais no que diz respeito à participação de homens e mulheres na sociedade. No ranking da desigualdade entre os sexos, o Brasil passou da 73^a posição, em 2008, para 82^a naquele ano.

Em relação aos casos de denúncia pública do ano de 2006, ela se torna rara, ocorrendo principalmente diante de ameaça à integridade física por armas

⁸ O projeto de lei original é da deputada Sara Bernardi do Partido dos Trabalhadores de São Paulo.

⁹ HAUSMANN, Ricardo; TYSON, Laura D.; ZAHIDI, Saada. *The Global Gender Gap Report 2012*. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

de fogo (31%), espancamento com marcas, fraturas ou cortes (21%) e ameaças de espancamento à própria mulher ou aos filhos (19%)¹⁰.

A respeito das cantadas de rua, a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2006 mostra que 32% das mulheres as consideram desrespeitosas, 27% as recebem como elogio; 8% dizem que depende da cantada, 6% são indiferentes e 27% declaram que nunca foram cantadas¹¹.

Já em 2011, o metrô e a CPTM registraram 43 casos de assédio contra passageiras em transportes públicos de São Paulo¹². Segundo a Secretaria de Assuntos da Mulher do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, as denúncias formais não são significativas, devido ao constrangimento das vítimas.

A pesquisa mais recente sobre assédio sexual em espaços públicos foi publicada em setembro de 2013 pela jornalista Karin Hueck, com o título: *Chega de fiu fiu*. Em um total de 7762 participantes, 99,6% delas afirmaram que já foram assediadas nos espaços públicos da cidade¹³.

Os dados sobre os assédios sexuais sofridas pelas mulheres nas ruas, não apenas através de abusos físicos, mas também por meio de ataques psicológicos e verbais nos coloca a urgência de se quebrar paradigmas e estereótipos, e discutir o saldo negativo da violência de gênero, em grande parte perpetrada contra mulheres que são também culpabilizadas pelo assédio sexual que sofrem dos homens e que acabam por reduzir sua mobilidade geográfica. Por fim, pretendemos refletir sobre o assédio sexual às mulheres em lugares públicos, a partir de pesquisas e estudos históricos recentes. Acreditamos que uma reflexão histórica e feminista sobre essa questão constitui passo fundamental para erradicar, punir e prevenir a violência e o assédio sexual às mulheres, pois o silêncio histórico colabora na ocultação dos problemas, impondo obstáculos à sua transformação.

A inclusão das mulheres no campo historiográfico

A motivação principal que tem orientado este artigo é o fato de que, apesar de a inclusão das mulheres no campo da historiografia ter revelado

¹⁰ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Denúncias oficiais*. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/denuncias-oficiais>>. Acesso em 25 jan. 2015.

¹¹ Ibid.. *Cantadas: ocorrências e sensações*. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/cantadas-ocorrencias-e-sensacoes>>. Acesso em 14 maio 2014.

¹² AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Assédio sexual no transporte: um crime banalizado pela superlotação e invisibilizado pelo constrangimento das vítimas*. 21/10/2011. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/21102011-assedio-sexual-no-transporte-um-crime-banalizado-pela-superlotacao-e-invisibilizado-pelo-constrangimento-das-vitimas/>>. Acesso em 25 jan. 2015.

¹³ OLGA. *Chega de Fiu Fiu: resultado da pesquisa*. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa>>. Acesso em 15 jan. 2015.

momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, proporcionando um alargamento do próprio discurso historiográfico, ainda existem muitos temas negligenciados pelos historiadores, dentre eles o assédio sexual às mulheres. Porém, estes estudos, mesmo voltados para questionamentos importantes, ainda são insuficientes diante do predomínio de pressupostos historiográficos androcêntricos e patriarcais que desconsideram a história das mulheres nos espaços públicos. Nesse sentido, consideramos importante fortalecer os estudos históricos sobre as concepções em torno do corpo feminino e da sexualidade tendo em vista o entendimento das práticas de assédio sexual às mulheres na esfera pública.

Por isso resolvemos trazer para o debate o assédio sexual no espaço público, primeiro por causa das vozes das feministas que, na contemporaneidade, colocam em evidência o corpo feminino, ao anunciar que, mesmo em tempos em que ser mulher não é mais definido pela sua materialidade biológica, o corpo feminino ainda é onde se manifesta tanto a opressão quanto a resistência. Segundo, por causa das narrativas das mulheres que cotidianamente tem seus corpos tratados como objeto nos espaços urbanos. E, depois, porque precisamos analisar dentro de um referencial temporal-espacial esta cultura que de um lado aceita o abuso sexual, e do outro transforma em motivo de piada quem o sofre. Em seguida, porque se trata de uma modalidade de violência internalizada, tratada como natural, que permeia o discurso essencialista no qual a mulher é vista como uma essência não-falante. A historiadora francesa Michelle Perrot se refere à irrupção de falas femininas em ambientes proibidos como uma mudança do horizonte sonoro, uma "inovação do século XIX", mas que o passado ainda mantém as "zonas mudas" e em "oceanos de silêncio" por causa da partilha desigual de memórias e histórias entre mulheres e homens¹⁴. Portanto, quem pode afirmar que o tom da voz é o que define o que é assédio ou não?

Assim, propõe-se avançar ainda mais nesta discussão, no sentido de refletir sobre o significado da violência contra mulheres, ao longo dos últimos trinta anos, compreendendo, para tanto, do ponto de vista histórico, a dinâmica social que engendra tais transformações e as atitudes em relação aos assédios sexuais nas ruas em sua inter-relação com as configurações sociais. Distinguindo, de um lado, a dominação do homem sobre a mulher e, do outro, a ideologia que lhe dá autenticidade. Isso porque, dentro das novas perspectivas historiográficas que se articulam em torno desta questão, é fundamental que a História avance de modo interdisciplinar em direção a um aprofundamento teórico-analítico que se proponha a investigar as estratégias pelas quais as mulheres resistiram à narrativa histórica tradicional, que lhes reservou pouco espaço, na medida em que privilegia a cena pública, onde elas pouco apareceram, e considere suas dinâmicas próprias de atuação e pensamento, bem como das diversas camadas sociais, que refletem cada qual sua luta política.

A contemporaneidade nos permite mostrar que, mesmo depois de as mulheres lutarem pelo seu direito ao voto, "queimarem" sutiãs, desafiarem as religiões, de inventarem novas teorias e campos de estudos acadêmicos, de

¹⁴ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005, p. 9.

entrarem no mercado de trabalho, de criarem leis para se proteger contra a violência e de ocuparem altos cargos políticos, suas marcantes presenças em manifestações ao redor do mundo parecem anunciar que ainda há muito para conquistar, uma vez que utilizam seus corpos como instrumento de resistência às mais distintas formas de opressão.

Por fim, o importante a reter da discussão sobre a violência perpetrada por homens contra mulheres é que este fenômeno é consubstancial ao gênero e deve ser enquadrado como um fenômeno histórico-cultural. Trata-se, pois, de um importante meio de controle social, cuja função principal consiste na domesticação das mulheres, ocorrido de formas diferentes em cada tempo e espaço.

Concepções sobre a violência contra as mulheres

A crescente presença das teorias feministas no mundo acadêmico na década de 1970, ao constar a invisibilidade das mulheres na história, procurou auxiliar de forma incisiva na reelaboração de ideias sobre a sua presença na tessitura sociocultural, dando visibilidade às questões relacionadas ao gênero, na tentativa de desconstruir o determinismo biológico nas concepções de sexo e gênero, além de tentar quebrar a naturalização da oposição binária e hierárquica entre o masculino e o feminino. Mesmo que, no período, a construção intelectual tratasse o tema "mulher" como um "acréscimo" à História Geral¹⁵.

Conhecer a historiografia sobre a construção do corpo feminino dentro de uma ótica feminista e de estudos de gênero é importante para compreender o processo de dominação masculina que rege nossa sociedade e que ainda opõe o espaço público (associado ao masculino) ao privado (associado ao feminino). E, dentro da perspectiva da historicidade do corpo, apesar dos avanços que se deram no campo da sexualidade nas últimas décadas, o assédio sexual ainda é um tabu. Trata-se de uma prática social pouco discutida e que parece ser interpretada, de forma solitária, apenas por quem já o sofreu em algum momento de sua vida. Diante desse fato, não raramente, as mulheres culpam-se, ou seja, questionam se suas ações foram adequadas, provocadoras ou insinuatoras. Aliás, ideia que possui fundamento histórico, pois o corpo feminino foi, durante séculos, considerado como um "território perigoso", e a figura da mulher, disseminada pelos cânones religiosos, tornou-se sinônimo do mal e da perdição, um verdadeiro "receptáculo do pecado"¹⁶, ou seja, estava

¹⁵ SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana; COSTA, Suely (trad.). A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de Historiografia. *Revista Gênero*. NUTEG. Niterói: Eduf, v. 2, n. 1, pp.7-30, 2000. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documents/historia_das_mulheres_nuteg.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

¹⁶ DEL PRIORE, op. Cit., 1999, pp. 179-194.

condenada ao mito do Edén, a pagar pelo terrível erro de Eva, a primeira fêmea, que carregou Adão para o pecado.

Com a mesma conotação negativa, Thomas Laqueur¹⁷ argumenta que a representação do corpo feminino foi configurada sob o paradigma do *sexo único* no contexto de transformações políticas, econômicas e culturais do século XVIII. Dessa maneira, o discurso dominante “construiu os corpos masculinos e femininos como versões hierárquicas e verticalmente ordenadas de um único sexo”¹⁸. Era o corpo feminino interpretado como inferior ao masculino, embora, o prazer sexual feminino no processo de reprodução fosse visto como essencial para a fecundação. Esse modelo foi substituído no século XIX pelo modelo reprodutivo que justificava a existência de dois corpos diferentes que implicava na separação de uma sexualidade feminina e outra masculina. Essa nova percepção foi ancorada e difundida no século XIX como uma íntima ligação entre a mulher e a natureza, opondo-se ao homem, identificado com a cultura. Para a historiadora Magali Engel¹⁹, esta diferença entre os sexos se tornou justificativa para negar às mulheres o direito à cidadania. Portanto, a partir da construção dessa imagem, a mulher seria – dentro de atributos negativos e positivos – misteriosa, frágil, sedutora, submissa, imprevisível, ambígua, contraditória e doce. Estava instalada a dicotomia: “homens, cérebro, inteligência, razão lúcida e capacidade de decisão versus mulheres, coração, sensibilidade e sentimentos”²⁰.

Com todas essas considerações, para Lúcia Bellini²¹, a mulher, vista como ser de natureza passiva e fecunda, seria responsável pela perpetuação da humanidade através da maternidade, e sua incapacidade ou recusa seria considerada um caráter desviante. Sua fragilidade física e mental a tornaria inapta aos perigos do mundo exterior e de atuar de forma satisfatória na esfera pública. Assim, as associações do feminino com a loucura e a histeria também se instalaram e o corpo feminino também se tornou alvo de intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria do século XIX. A especificidade corporal da mulher ressaltada por Elizabeth Grosz²² é usada para explicar e justificar as posições sociais de inferioridade que lhe é atribuída, sendo seu corpo tratado como incapaz naturalmente de realizações ditas masculinas, por estar exposto às irregularidades hormonais, intrusões e imprevistos. Segundo a historiadora Michelle Perrot²³, por longa data as mulheres foram esquecidas e silenciadas na história, mesmo o seu corpo figurando nos discursos de médicos,

¹⁷ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

¹⁸ *Ibid.*, p. 10.

¹⁹ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3 ed., São Paulo: Contexto, 2000, p. 332.

²⁰ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988, p. 177.

²¹ BELLINI, L. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito de De universa mulierum medicina, de Rodrigo de Castro (1603). In: MATOS, Maria Izilda Santos de. SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003, pp. 29-41.

²² GROSZ, Elizabeth. *Corpos reconfigurados*. In: *Cadernos Pagu*, n. 11, 2000, pp. 45-86.

²³ PERROT, Michelle. *Os silêncios do corpo da mulher*. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003, pp. 13-28.

juristas, políticos, escritores, nas obras de escultores, nos cartazes de publicidade, elas foram estigmatizadas e silenciadas.

As convenções sociais ensinam às mulheres da "boa sociedade" que, no espaço público, é preciso que sejam discretas, dissimulem suas formas, segundo códigos variáveis, segundo o lugar e o tempo. Seu corpo é objeto de censuras que traduzem as obsessões eróticas de uma época e que se inscrevem na orientação da moda, do comportamento e vestuário das mulheres. Até mesmo os cabelos, símbolos supremos da feminilidade, devem ser disciplinados. A mulher, principalmente a jovem que pretende se casar, deve ter gestos contidos, assim como seus olhares, tom de voz e a expressão de suas emoções, mas deve-se mostrar acessível ao sentimento e à dor²⁴.

Denise Sant'Anna²⁵ nos explica que, antes da década de 1950, o corpo feminino era responsabilidade masculina, administrado e controlado pelos homens da família que, por meio disso, teria parte da masculinidade confirmada e realçada socialmente. Já na década de 1960 o corpo da mulher foi redescoberto pela descontração exigida no âmbito público, com o advento da expressão do desejo e da liberação sexual.

A discussão a respeito da dimensão social e política da sexualidade, ou seja, de seu caráter construído, acaba perdendo força diante da proliferação e legitimação de discursos que naturalizam/essencializam os comportamentos masculinos e femininos, como algo inerente à diferença sexual. Tal suposição é ancorada no corpo e na suposição de que homens e mulheres são naturalmente diferentes e, portanto, desiguais. No entanto, a sexualidade envolve diferentes aspectos culturais: linguagens, símbolos e convenções e, nesta perspectiva, a concepção de corpo não se enquadra no terreno do natural, pois através de processos culturais definimos o que é, ou não, natural; produzimos e transformamos socialmente a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Assim, os corpos atingem seu *status* social.

O feminino e masculino são concepções historicamente construídas que moldam e marcam os corpos e relações sociais, compondo uma rede de poder patriarcal em nossa sociedade. Ao analisar discursos pelos quais se julga, condena e classifica, Michel Foucault²⁶ sublinha que a sexualidade não é um dado da natureza, mas um "dispositivo histórico", ou seja, uma rede de estímulo dos corpos, de intervenções médicas, de discursos e de práticas de normalização ancoradas por estratégias de saber e poder. Desse modo, o autor constata que "as relações de poder operam sobre ele de modo imediato; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, submetem-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais"²⁷. Foucault destaca ainda que os sujeitos se tornam conscientes de seus corpos na medida em que há um

²⁴ PERROT, op. cit, 2003, p. 13.

²⁵ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). *Políticas do corpo: elemento para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1980, p.100.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 28.

investimento disciplinar sobre eles. Quando o poder é exercido sobre nosso corpo “emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder”²⁸. Dessa maneira, ocorre uma busca de respostas, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições disciplinares feitas sobre os corpos de homens e mulheres.

Não obstante, na época contemporânea alguns discursos mudam. Se durante séculos a conduta feminina vem sendo alvo de julgamentos valorativos e morais, na atualidade o corpo da mulher, em particular, é objeto de novos discursos de poder e saber. Porém, as zonas de sombra e de silêncio continuam existindo²⁹. Um dos exemplos dessa zona de silêncio relativa ao domínio e à violência sobre o corpo da mulher verifica-se no Brasil, no caso do PL 341/2005, onde se pretende instituir vagões somente para mulheres durante os horários de lotação do transporte público, com o intuito de “protegê-las” da rotina diária dos abusos sexuais. Este fato supõe autorizar a pensar em uma forma de secundarizar a violência contra as mulheres, ao determinar que um espaço público seguro para as mulheres deve ser livre da presença de homens. Assim, a violência continua e as mulheres continuarão silenciadas e tratadas como vítimas passivas que precisam ser isoladas e distanciadas da presença masculina no espaço público. Isolar as mulheres no espaço público – em espaços especiais nos trens, metrô, parques, praças, ônibus e ruas – para que não sofram assédio sexual, revela a persistência de concepções naturalizadoras sobre os comportamentos dos homens diante das mulheres³⁰. Tais práticas, apesar de emergenciais, ligadas a políticas de proteção às mulheres, são insuficientes para combater o assédio e a violência sexual às mulheres, já que ainda resultam de concepções amplamente naturalizadoras do comportamento dos homens diante das mulheres. Os desejos e os impulsos sexuais masculinos ainda são vistos como naturais e instintivos, justificando todo tipo de controle, assédio e agressões dos homens às mulheres, vistas como seres passivos, como objetos de domínio do masculino e responsáveis pela sedução dos homens.

Talvez as razões envolvidas na gênese dessa violência dirigida ao corpo da mulher possam, de algum modo, ser complementadas ao argumento de Maria Teresa Citeli³¹, que nos mostra que os estereótipos construídos em concepções de ordem biológica têm demonstrando grande resistência ao longo do tempo, apesar das diversas mudanças socioculturais, tecnológicas e políticas. Isso acontece, na visão da autora, devido à atual influência exercida pelas ciências biológicas articuladas com os meios de comunicação para a formação de visões deterministas sobre os corpos e comportamentos de homens e mulheres. Há uma proliferação de discursos essencialistas sobre o feminino e o masculino na mídia nacional e internacional que também colaboram na persistência de práticas de assédio sexual às mulheres.

²⁸ FOUCAULT, op. Cit., 1983, p. 146.

²⁹ PERROT, op. Cit.; 2003, p. 26.

³⁰ SAFIOTTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu: desdobramentos do feminismo*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, pp. 115-136, 2001, p. 136.

³¹ CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Estudos Feministas*, v. 9, 2001, pp. 131-145.

No Brasil dos anos 1980, as mudanças sociais e políticas acompanharam o processo de redemocratização e a trajetória dos movimentos feministas e de mulheres. A literatura acadêmica sobre a violência contra mulheres surge nesse ínterim, constituindo uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no país³². Nesse momento, o principal objetivo é dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la através de intervenções sociais, psicológicas e jurídicas³³. Dentre os trabalhos que se constituíram como referências neste campo de estudos, identificamos três posições teóricas em relação à categoria histórica de gênero: a primeira visão concebe a mulher tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; na segunda teoria, as noções de dominação masculina e vitimização feminina são relativizadas, ou seja, a mulher é “cúmplice”, mas não “vítima”. Já na terceira visão, a dominação masculina é colocada como expressão do patriarcado: a mulher é sujeito social autônomo, porém vitimizada historicamente pelo controle social masculino.

O sociólogo Pierre Bourdieu, mesmo não trabalhando o conceito de gênero, apresenta seu pensamento sobre o masculino e o feminino em *A dominação masculina*³⁴. Neste livro, o sociólogo aponta que a dominação do “masculino” sobre o “feminino” se dá porque a dominação masculina não necessita de legitimação, ela é justificada por meio das diferenças biológicas percebidas entre os sexos e é incorporada pelos indivíduos na forma de esquemas de percepção, ação e preferência duráveis, ou seja, por meio do *habitus*. Como em toda dominação, os esquemas de pensamento dominantes influenciam também os dominados, que acabam por legitimar ainda mais a dominação: as próprias mulheres acabariam, segundo Bourdieu, por reproduzir as representações que as depreciam na ordem social. Dentro desse contexto de violência, proposto por Pierre Bourdieu, podemos pensar na cumplicidade de mulheres para a produção da violência de gênero. Com isso, adentramos nossa primeira teoria.

A primeira posição teórica corresponde à posição defendida pela filósofa Marilena Chauí em seu artigo *Participando do debate sobre mulher e violência*³⁵. Para a autora, a violência contra as mulheres seria o resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres. Nesse sentido, a violência seria entendida como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas, com o objetivo de dominar, explorar e oprimir, os quais incidem, especificamente, sobre os corpos das mulheres. Assim, a ação violenta trata o ser dominado

³² IZUMINO, Wânia Pasinato. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: Contribuições para a Consolidação de uma Cidadania de Gênero. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 10, n. 40, 2002, p. 283.

³³ Para um breve panorama da história do feminismo no Brasil ver ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, 1980. TELES, Maria Almeida de Azevedo. *Breve História do Feminismo no Brasil*, 1993.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

³⁵ CHAUI, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBOM, Maria Luiza (Org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. São Paulo: Zahar Editores, 1985.

como "objeto" e não como "sujeito", tornando-o dependente e passivo. Para a autora, essas desigualdades não excluem as mulheres de cometer violências; a hipótese é de que as mulheres, ao se transformarem em sujeitos, usarão sua subjetividade como instrumento de violência sobre outras mulheres³⁶. Assim, elas são "cúmplices" da violência e contribuem para a reprodução de sua "dependência", porque são "instrumentos" da dominação masculina³⁷.

Na segunda linha teórica, a socióloga Maria Filomena Gregori³⁸ segue a mesma linha de Chauí ao conceber a mulher como "cúmplice" da reprodução dos papéis de gênero que alimentam a violência, com a diferença de que, para aquela, tal cumplicidade não é explicada como mero instrumento de dominação. A mulher coopera na sua produção como "não-sujeito" e se coloca em uma posição de vítima, porque assim obtém proteção e prazer. Mas Gregori reconhece que o medo da violência também alimenta a cumplicidade da mulher. Salienta que "é o corpo da mulher que sofre maiores danos, é nela que o medo se instala. E, paradoxalmente, é ela que vai se aprisionando ao criar sua própria vitimização"³⁹. Gregori não pretende, assim, "culpar" a mulher de sua participação na produção de sua vitimização. O que lhe interessa é "entender os contextos nos quais a violência ocorre e o significado que assume"⁴⁰.

Para a socióloga Heleieth Safiotti, essa posição das autoras se deu pela postura vitimizadora das mulheres⁴¹, em voga na situação vigente. Em seus textos a historiadora enxerga uma ambiguidade, pois a mulher oscila entre "ser passivo, coisa e cúmplice do agressor". Em outros termos, tratava-se de

responsabilizar as mulheres pelas agressões sofridas [...] culpabilizavam-se as mulheres pela dominação-exploração de que eram/são alvo por parte dos homens, mas se as tornavam incapazes de agir/reagir [...] confundia-se o tratamento dispensado às mulheres com uma presuntiva incapacidade de ação/reação⁴².

Assim, ao contrário de Chauí e Gregori, Safiotti, na terceira linha teórica, rejeita a ideia de que as mulheres sejam "cúmplices" da violência; mesmo concebendo-as como vítimas, a autora as define como "sujeito" dentro de uma relação desigual de poder com os homens⁴³.

No que concerne às abordagens teóricas que discutem as relações de gênero é apresentada uma diversidade de perspectivas de acordo com a

³⁶ CHAUÍ, op. cit., 1985, p. 47.

³⁷ Ibid., pp. 47-48.

³⁸ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS. 1993.

³⁹ Ibid., p. 184.

⁴⁰ GREGORI, op. cit., loc. cit.

⁴¹ Sobre a visão vitimista no cenário brasileiro ver SOHIET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*, 1989; GROSSI, Miriam Pillar. *Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil*, 1994.

⁴² SAFIOTTI, op. cit., 2001.

⁴³ SAFIOTTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

influência de cada época e contexto. Os primeiros estudos de gênero consideravam as características biológicas de cada sexo como responsáveis pela desigualdades entre eles. Posteriormente, as abordagens focalizaram o gênero como um produto construído pela socialização e pelo acesso às experiências diferentes de homens e mulheres.

Para a socióloga Maria Jesús Izquierdo⁴⁴, o conceito de gênero é adotado como categoria analítica para compreender as desigualdades sociais. As desigualdades entre homens e mulheres residem na maneira como seres humanos se relacionam na produção da sua existência, ou seja, a sociedade está estruturada em dois polos: produção/reprodução da vida e produção/administração de riquezas, sendo que o setor produtivo se organiza em condições de dependência com relação ao setor dedicado à produção de riquezas. A reprodução e o cuidado para com os filhos são atividades relacionadas ao gênero feminino, sendo desenvolvidas basicamente por mulheres. Assim, seja no espaço privado, ou no espaço público, se naturalizou a associação entre gênero feminino e vida reprodutiva⁴⁵. Porém, a autora nos esclarece que a separação da sobrevivência e da transcendência em duas partes provoca nas atividades relativas de cada uma delas certa alienação, já que uma carece de sentido se não se refere à outra. Suas importâncias individuais não consistem em estabelecer valorações de importância relativa, mas indicar que sobrevivência e transcendência doméstica e pública, masculinidade e feminilidade são realidades únicas e indivisíveis.

Heleieth Saffioti, em seu artigo *Rearticulando gênero e classe social*, mostra que o conceito de gênero é muito mais amplo que o de patriarcado. Enquanto o gênero estaria presente desde a existência da humanidade, o patriarcado seria um fenômeno recente, articulado à industrialização do capitalismo. Dessa maneira o patriarcado está vinculado à desigualdade e à opressão, não sendo a única possibilidade dentro das relações de gênero⁴⁶.

Com o destaque que teve a questão de gênero dentro do debate feminista, o patriarcado foi relegado a segundo plano, desqualificando a noção de uma "ordem patriarcal de gênero". A autora ressalta que as mulheres, durante milênios, estiveram em uma posição hierárquica inferior aos homens, portanto "tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, 'neutralizando' a exploração-dominância masculina"⁴⁷.

O gênero não é um conceito neutro, ao contrário, ele "carrega uma dose apreciável de ideologia"⁴⁸, portanto é a estrutura patriarcal que justifica uma

⁴⁴ IZQUIERDO, María Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (Org.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, pp. 31-53, 1994, pp. 31-53.

⁴⁵ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁴⁶ SAFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 210.

⁴⁷ Ibid, 2004, p. 136.

⁴⁸ Ibid.

estrutura de poder desigual entre homens e mulheres. E o conceito de gênero, na visão da autora, não alimentaria a engrenagem da exploração-dominação.

Para compreender o sistema de relações pelo qual as mulheres se tornam presa dos homens, a antropóloga estadunidense Gayle Rubin⁴⁹ sobrepõe os trabalhos de Claude Lévi-Strauss e de Sigmund Freud⁵⁰ - que reconhecem o lugar da sexualidade na sociedade, assim como percebem a diferença entre a experiência social de homens e mulheres - para trabalhar com a separação entre a esfera da natureza, a fêmea, e da cultura, a mulher domesticada. Essa dicotomia foi denominada de sistema gênero /sexo, um sistema que transforma uma matéria-prima, nesse caso o sexo, a fêmea, em produto, o gênero, a mulher domesticada. Para a autora, o sistema gênero/sexo é um conjunto de elementos com os quais "a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas"⁵¹.

Já a socióloga Joan Scott, no seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*⁵², que demarca uma leitura pós-estruturalista a respeito do gênero explorando seus potenciais analíticos de desconstrução e ressignificação, desmistificou a dualidade sexo/natureza e gênero/cultura, pois, para ela, havendo uma relação inseparável entre saber e poder, as relações de gênero estão imbricadas às relações de poder. Scott se atém às formas como se constroem os significados culturais para as diferenças sexuais, para então dar sentido e posicioná-las dentro das relações hierárquicas. Assim, os símbolos e significados constituem a base da percepção da diferença sexual, que auxiliam na compreensão do universo empírico.

Assim, através dos questionamentos dos processos que constroem e transformam os corpos femininos interligados à violência contra mulheres, a categoria "corpo" é entendida e assumida em sua realidade histórica, considerando que a sua biologização é também um fato cultural.

O conceito de "gênero" adotado pelos feminismos colaborou nessa tarefa de desnaturalização do corpo, fornecendo elementos para a reflexão sobre a diferenciação entre os termos "sexo" e "gênero". Enquanto o conceito "gênero" satisfazia as discussões a que era socialmente construído, o termo "sexo" representava o que era biologicamente dado. Ou seja, ele se definiria, na teoria feminista, "como aquilo que fica fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino"⁵³. Entretanto, os inúmeros trabalhos feministas atestaram que o gênero é o criador do sexo, demonstrando que o sexo é, também, uma construção cultural. Nessa perspectiva, o gênero refere-

⁴⁹ RUBIN, Gayle. *O tráfico de Mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Tradução: DABAT, Christine Rufinot, ROCHA, Edileusa Oliveira da; CORRÊA, Sonia. Recife: SOS Corpo, 1993.

⁵⁰ Estes trabalhos, mesmo não apresentando uma visão crítica sobre a domesticação das mulheres, fornecem instrumentos conceituais importantes para construir descrições da parte da vida social que é o *locus* da opressão das mulheres.

⁵¹ RUBIN, op. Cit., loc. Cit., 1993, p. 02.

⁵² Joan SCOTT. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

⁵³ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, pp. 9-43, 2000, p. 10.

se a qualquer construção social que implique a distinção masculino/feminino, incluindo, assim, as construções que separam corpos "femininos" dos "masculinos". Portanto, compreende-se que "a sociedade não forma só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece"⁵⁴.

Considerações finais

Michelle Perrot⁵⁵ nos lembra que o lugar familiar da casa, tal como conhecemos hoje, é um fato histórico, datado em sua modernidade e assunto a merecer atenção especial dos historiadores. Também, como acontecimento do nosso tempo, a luta das mulheres por igualdade política e liberdade possibilitou que a mulher adentrasse o espaço público por duas vias: o trabalho acadêmico e a luta política. Neste sentido, é mister considerar as implicações que o feminismo e sua teoria tiveram para a História Cultural, tanto em sua preocupação de desmascarar os preconceitos masculinos, como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível para a grande historiografia tradicional. Porém, o assunto merece aprofundamento e novas formas de investigar o assédio sexual às mulheres em espaços urbanos, tão frequente nos nossos dias. Assim, devem-se pensar os discursos tradicionais, nos quais a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino, face às novas correntes historiográficas que vêm propondo outras chaves para a reflexão do problema. Além disso, é importante termos claras as maneiras pelas quais a História vem fornecendo indícios concretos para que as mulheres possam reivindicar seus direitos (inclusive do ponto de vista jurídico), ao mesmo tempo em que reafirmam seu protagonismo histórico.

41

Sobre a autora

Simone Alves Santos é graduada em História pelo Centro Universitário Fundação Santo André (São Paulo). Professora da rede pública de ensino e militante feminista. E-mail: mille.simonealves@gmail.com.

Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 28 de junho de 2015.

⁵⁴ SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*. Brasília: UnB, v. 8, n, pp. 47-85, 2000, pp. 61-62.

⁵⁵ PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: BRESCIANNI, Maria Stella Martins. (Org.). A mulher e o Espaço Público. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, 1989.